

PROGRAMA FOMENTO RURAL: IMPLEMENTAÇÃO, DESAFIOS E IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PEDRO VELHO-RN

RURAL PROMOTION PROGRAM: IMPLEMENTATION, CHALLENGES AND IMPACTS ON FAMILY FARMING IN PEDRO VELHO-RN

Elaíne Cristina dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
elainepedagog@yahoo.com.br

Betênia Freire Teixeira

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
biobeta@hotmail.com

Winifred Knox

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
winknox@hotmail.com

Joacir Rufino de Aquino

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
joaciraquino@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional

Resumo:

O artigo analisa a implementação, os desafios e os impactos do Programa Fomento Rural no município de Pedro Velho (RN), destacando seu papel como política pública de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da inclusão produtiva no meio rural. A pesquisa, de caráter qualitativo e participante, acompanhou 20 famílias beneficiárias entre 2024 e 2025, contemplando a aplicação dos recursos e os efeitos socioeconômicos resultantes. Os resultados evidenciam o protagonismo feminino nas atividades produtivas, a diversificação das fontes de renda e a melhoria das condições de vida das famílias atendidas. Observou-se que a integração entre o repasse financeiro e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) potencializou os resultados do programa. Contudo, persistem desafios relacionados ao acesso ao crédito, à infraestrutura precária e à continuidade institucional da ATER. Conclui-se que o Fomento Rural representa uma estratégia eficaz de combate à pobreza e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Programa fomento rural; inclusão produtiva rural; Extensão rural: ATER.

Abstract:

The article analyzes the implementation, challenges, and impacts of the Rural Promotion Program (*Programa Fomento Rural*) in the municipality of Pedro Velho (RN), highlighting its role as a public policy for strengthening family farming and promoting productive inclusion in rural areas. The research, qualitative and participatory in nature, monitored 20 beneficiary families between 2024 and 2025, examining the use of resources and the resulting socioeconomic effects. The results

reveal the leading role of women in productive activities, diversification of income sources, and improvement in the living conditions of participating families. It was observed that the integration between financial support and Technical Assistance and Rural Extension (ATER) enhanced the program's outcomes. However, challenges remain regarding access to credit, deficient infrastructure, and the institutional continuity of ATER. It is concluded that the Fomento Rural Program represents an effective strategy for combating poverty and promoting sustainable rural development, especially in contexts of social vulnerability.

Keywords: Rural development program; rural productive inclusion; Rural extension: ATER

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa um dos principais pilares da segurança alimentar, da geração de renda e da reprodução social no meio rural brasileiro. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 76,8% dos estabelecimentos agropecuários do país são administrados por agricultores familiares, responsáveis por mais de dois terços da força de trabalho no campo. Apesar dessa relevância, o setor ainda enfrenta limitações históricas relacionadas à concentração fundiária, ao acesso restrito ao crédito e à insuficiência de assistência técnica e extensão rural (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020; IBGE, 2019).

No Rio Grande do Norte (RN), região marcada por desigualdades estruturais e recorrentes períodos de seca, a pobreza rural constitui um dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável. Segundo Aquino e Azevedo (2025), o êxodo rural e a ausência de políticas de fixação da população no campo contribuíram para a perda de mais de 107 mil moradores nas zonas rurais potiguares entre 2010 e 2022. Isto sinaliza a urgência de políticas públicas que articulem inclusão produtiva, transferência de renda e fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade social e econômica.

Nesse cenário, o Programa Fomento Rural, instituído pela Lei nº 12.512/2011, surge como uma política pública voltada à superação da pobreza e à promoção da segurança alimentar, por meio da transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis e do acompanhamento técnico especializado. Entre os anos de 2012 e 2025, o programa consolidou-se como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e de estímulo à autonomia econômica de famílias rurais em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é analisar a implementação, os desafios e os impactos do Programa Fomento Rural no município de Pedro Velho (RN), localizado na Microrregião litoral Sul que faz parte da Mesorregião Leste Potiguar. A investigação contempla a dimensão econômica, produtiva e social das ações desenvolvidas, com ênfase no papel da mulher rural e na contribuição da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o êxito das atividades fomentadas.

A estrutura do trabalho está organizada em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que aborda as causas e permanências da pobreza rural e as políticas públicas de enfrentamento desse fenômeno no Brasil e no Nordeste. Em seguida, a seção de metodologia descreve o percurso investigativo e os procedimentos adotados na coleta e análise dos dados. A quarta seção apresenta os resultados, analisa e discute a implementação do programa, seus desafios e os efeitos observados em Pedro Velho. Por fim, nas considerações finais, são sintetizadas as principais conclusões do estudo e apresentadas recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A pobreza rural no Brasil e no Nordeste: causas e permanências

A pobreza rural no Brasil constitui uma das expressões mais persistentes das desigualdades estruturais do país. Historicamente, fatores como a concentração fundiária, o baixo acesso à educação, à infraestrutura básica, aliando-se à marginalização de populações camponesas e tradicionais, conformaram um quadro de intensa desigualdade que perdura a vulnerabilidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (FAO, 2016). Conforme destaca Del Grossi et al. (2024), a maioria dos agricultores familiares brasileiros estão localizados no Nordeste, onde a escassez hídrica e as limitações edafoclimáticas ampliam os desafios à reprodução social e econômica das famílias rurais.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2016) reconhece que a erradicação da fome e da pobreza não decorre automaticamente do crescimento econômico, mas exige uma ação estatal coordenada, capaz de integrar políticas sociais, produtivas e territoriais. No Brasil, as décadas de 2000 e 2014 marcaram avanços significativos, impulsionados por programas como o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria, que combinaram transferência de renda, inclusão produtiva e ampliação da rede de proteção social. Essas políticas contribuíram para retirar o país do Mapa da Fome em 2014, ao reduzir os índices de extrema pobreza e garantir segurança alimentar a milhões de famílias (FAO, 2016).

Apesar dos avanços, as desigualdades regionais e a concentração de pobreza no meio rural persistem. Aquino, Alves e Vidal (2020) ressaltam que o Nordeste concentra 47% dos estabelecimentos familiares do país abriga agricultores com menor acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura produtiva. Nessa região, 89% dos agricultores familiares estão enquadrados no Grupo B¹ do Pronaf, o que evidencia o predomínio de famílias em situação de extrema

¹ Agricultores familiares com renda anual de até R\$ 50.000,00.

vulnerabilidade econômica. Além das limitações materiais, há desigualdades raciais e de gênero: cerca de 73% desses agricultores são pessoas negras (pretas ou pardas), e as mulheres rurais, apesar de sua centralidade na produção de alimentos, continuam enfrentando barreiras de acesso a políticas públicas e titularidade da terra.

O quadro é agravado pelo processo contínuo de êxodo rural. No Rio Grande do Norte, Aquino e Azevedo (2025) apontam que a população residente no campo passou de 22,2% em 2010 para 18% em 2022, revelando o esvaziamento das comunidades rurais e a perda de força de trabalho agrícola. Esse fenômeno decorre não apenas de fatores econômicos, mas também da ausência de políticas consistentes de sucessão familiar, da precarização dos serviços públicos no meio rural e da desvalorização cultural do trabalho camponês. A situação só não apresentou contornos mais graves por conta das políticas sociais e de inclusão produtiva rural que voltaram a ganhar destaque no período recente.

Conforme destaca Kraemer Barbosa (2024), entre 2012 e 2022, os programas federais de inclusão produtiva rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural) e o Auxílio Inclusão Produtiva Rural (AIPR), beneficiaram mais de 1,1 milhão de famílias agricultoras em todo o país. Esses programas combinam transferência de recursos financeiros e assistência técnica, buscando fortalecer a agricultura familiar, promover a geração de renda e garantir segurança alimentar. No entanto, o número de agricultores inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) passou de cerca de 250 mil em 2012 para mais de 2,5 milhões em 2022, revelando tanto a ampliação da identificação das famílias vulneráveis quanto a persistência — e, em alguns casos, o agravamento — da pobreza rural no período.

A autora argumenta que, embora os programas apresentem potencial para combater tanto a pobreza de renda quanto a pobreza de capacidades (SEN, 2000), sua efetividade é limitada pela fragmentação institucional, pela ausência de monitoramento integrado e pela falta de um marco conceitual unificado sobre o que constitui a política de inclusão produtiva rural. Essa lacuna dificulta a coordenação entre diferentes políticas públicas e reduz a sustentabilidade dos resultados no longo prazo (KRAEMER BARBOSA, 2024).

Nessa perspectiva, a superação da pobreza rural no Nordeste exige não apenas investimentos produtivos, mas também políticas de fortalecimento de capacidades, educação do campo, acesso à terra, crédito, assistência técnica e integração entre programas de proteção social e desenvolvimento territorial. Como defendem Sen (2000) e Silva (2020), o desenvolvimento deve ser entendido como ampliação das liberdades e oportunidades das pessoas, e não apenas como aumento de renda. Portanto, o desafio central para o Brasil contemporâneo é articular políticas de

inclusão produtiva rural com ações de valorização cultural, permanência no campo e equidade social, consolidando um modelo de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

2.2 Políticas de inclusão produtiva e estratégias de enfrentamento da pobreza rural: o Programa Fomento Rural

A partir da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a instituir um conjunto de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva das populações rurais. Nas décadas seguintes, diversos programas estruturantes foram criados com o propósito de reduzir as desigualdades sociais e econômicas no campo. Entre as principais iniciativas destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, mais recentemente, o Programa Fomento Rural, regulamentado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Essas políticas foram integradas ao conjunto de estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, que buscou articular transferência de renda, acesso a serviços públicos e apoio à produção, de modo a promover o desenvolvimento social e produtivo das populações em situação de vulnerabilidade (FAO, 2016). O Programa Fomento Rural insere-se nesse contexto como uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar em situação de extrema pobreza, por meio da concessão de recursos financeiros não reembolsáveis e da oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Trata-se de uma iniciativa que visa promover a inclusão produtiva e a autonomia das famílias rurais, estimulando tanto atividades agrícolas quanto não agrícolas capazes de gerar renda e melhorar a segurança alimentar e nutricional das comunidades beneficiárias.

Entre 2012 e 2025, o Programa Fomento Rural realizou um investimento total de R\$ 917.820.500,00 distribuídos entre as cinco regiões do Brasil (Tabela 1). Esses recursos foram aplicados com a finalidade de promover a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade social, especialmente nas regiões com maior incidência de pobreza rural, como o Nordeste e o Norte.

Tabela 1. Recursos financeiros disponibilizados às famílias beneficiárias do Programa Fomento Rural, por região entre 2012-2025

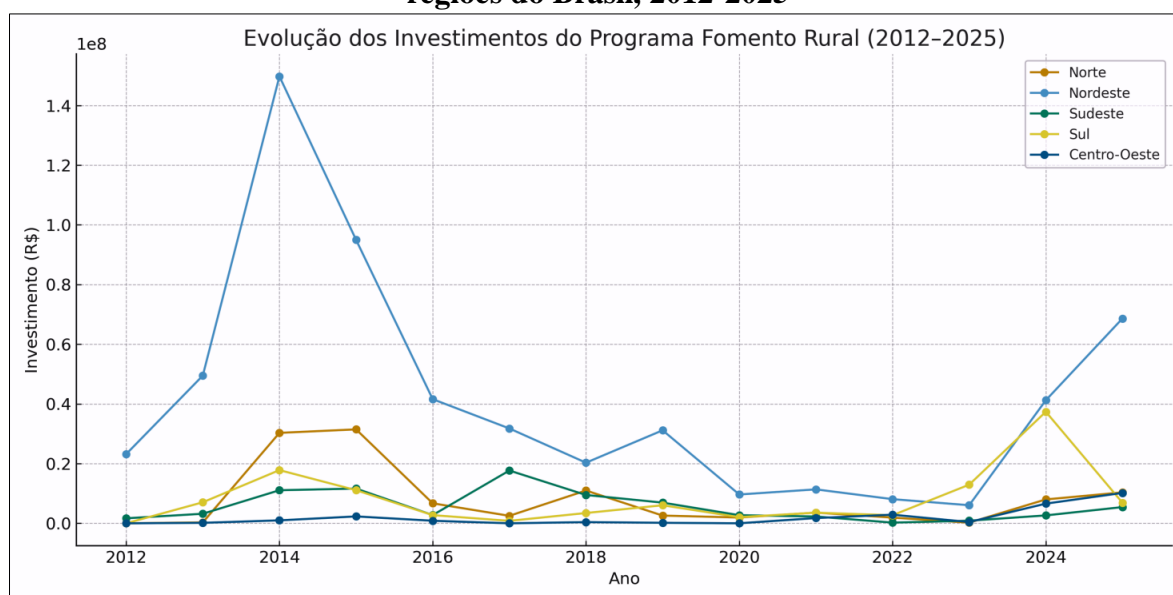
Região	Investimento Total (R\$)	Participação (%)
Nordeste	587.288.700,00	63%
Norte	110.575.200,00	12%
Sul	114.572.900,00	13%
Sudeste	78.642.800,00	9%
Centro-Oeste	26.740.900,00	3%
Brasil	917.820.500,00	100%

Fonte: Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD

Elaboração própria (2025).

O Gráfico 1 revela a evolução do programa destacando sua execução na região Nordeste no período analisado, de 2012 a 2025. A região Nordeste é líder absoluto em volume de investimentos, concentrando quase dois terços (63%) de todos os recursos aplicados no país. Essa priorização reflete o reconhecimento do alto índice de pobreza rural e vulnerabilidade social na região, sobretudo em áreas do semiárido. Os anos de 2014 e 2015 foram os de maior aporte, com R\$ 149,7 milhões e R\$ 94,9 milhões, respectivamente. A partir de 2017, houve oscilações, mas o programa manteve presença contínua, com retomada expressiva em 2024 e 2025, somando R\$ 109,8 milhões nesses dois anos.

Gráfico 1. Evolução e distribuição de recursos do Programa Fomento Rural por regiões do Brasil, 2012-2025



Fonte: Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD
Elaboração própria (2025).

A região Norte recebeu R\$ 110,5 milhões (12%) do total, com destaque para o período 2014–2015, quando foram aplicados R\$ 61,7 milhões, marcando o início da expansão do programa na Amazônia Legal. A região demonstra crescimento moderado nos últimos anos, com novo impulso em 2024 e 2025, indicando retomada das ações produtivas em comunidades ribeirinhas e assentamentos rurais. Já a região Sul recebeu investimento total de R\$ 114,5 milhões (13%), com crescimento expressivo a partir de 2023, quando o aporte saltou para R\$ 37,3 milhões, seguido de R\$ 6,8 milhões em 2025. O padrão indica que a região foi incorporada tardiamente à política, com foco recente em fortalecimento da agricultura familiar e inclusão de mulheres rurais e jovens agricultores.

Na região Sudeste houve aplicação de R\$ 78,6 milhões (9%) no período. A região apresenta distribuição irregular, com picos em 2017 (R\$ 17,6 milhões) e 2025 (R\$ 5,4 milhões). Por ser uma região com maior desenvolvimento econômico, os investimentos foram menos concentrados, voltados a áreas rurais periféricas e comunidades tradicionais.

A região Centro-Oeste, recebeu o menor volume de recursos (R\$ 26,7 milhões, 3%), com destaque apenas nos anos 2024 e 2025, quando houve aumento significativo (R\$ 16,7 milhões no biênio). Essa baixa participação pode ser explicada pela menor densidade populacional rural e pelo predomínio da agricultura empresarial, o que reduz o público-alvo do programa.

No estado do Rio Grande do Norte, os resultados recentes evidenciam o impacto positivo dessa política. Somente nos últimos dez meses de 2024, o Programa Fomento Rural beneficiou 3.605 famílias, com a aplicação de R\$ 13,6 milhões em mais de 100 municípios potiguares, tornando o estado o segundo do país em volume de execução do programa, atrás apenas do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO NORTE, 2024).

Entre 2012 e 2025, os nove estados do Nordeste receberam um total aproximado de R\$ 534.664.800,00 através do Programa Fomento Rural, política pública voltada à inclusão produtiva, combate à pobreza e fortalecimento da agricultura familiar. Os dados evidenciam forte concentração de investimentos em estados com maior população rural e níveis mais elevados de vulnerabilidade socioeconômica, como Bahia, Ceará e Maranhão.

Tabela 2. Recursos destinados ao Programa Fomento Rural nos estados da Região Nordeste, 2012-2025

Estado	Investimento (R\$)	Participação Regional (%)
Bahia	119.789.000,00	22,%
Ceará	106.614.900,00	19,6%
Maranhão	74.638.500,00	13,7%
Pernambuco	61.196.300,00	11,3%
Piauí	54.083.800,00	10,0%
Rio Grande do Norte	42.413.800,00	7,8%
Paraíba	36.985.800,00	6,8%
Alagoas	33.693.700,00	6,2%
Sergipe	14.249.200,00	2,6%
Nordeste	534.664.800,00	100%

Fonte: Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD
Elaboração própria (2025).

O estado da Bahia lidera o ranking de investimentos, com R\$ 119,7 milhões (22%), consolidando-se como o principal polo de aplicação dos recursos. O volume reflete a dimensão territorial do estado e sua expressiva população rural. O Ceará ocupa o segundo lugar, com R\$

106,6 milhões (19,6%), reforçando o papel histórico do estado na execução de políticas de combate à pobreza e fortalecimento da agricultura familiar. O Maranhão, com R\$ 74,6 milhões (13,7%), mantém-se entre os três maiores beneficiários, destacando-se pela abrangência territorial e pelo elevado índice de pobreza rural. Pernambuco e Piauí receberam valores intermediários, totalizando juntos 21,3% do investimento regional. Ambos possuem forte tradição agrícola e programas estaduais complementares de ATER e inclusão produtiva. Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas receberam aportes menores, variando entre 6% e 8%, embora o impacto local tenha sido expressivo em comunidades atendidas por projetos como o Fomento Semiárido e o Dom Hélder Câmara II. Sergipe teve a menor participação (2,6%), reflexo de sua menor extensão territorial e número de famílias rurais cadastradas no programa.

Os dados apontam para uma distribuição proporcional ao tamanho e à vulnerabilidade social dos estados nordestinos, com maior concentração de recursos em áreas com maior densidade de agricultores familiares e histórico de estiagem. A Bahia, Ceará e Maranhão juntos concentram 55,3% de todos os recursos da região, reforçando o caráter territorial e focalizado do programa.

Ao comparar os dados consolidados por região (que apontam um total de R\$ 587,2 milhões para o Nordeste entre 2012 e 2025) com os valores individualizados por estado (que somam aproximadamente R\$ 534,6 milhões), observa-se uma diferença de cerca de R\$ 52,6 milhões. Essa divergência pode ser explicada por fatores metodológicos, operacionais e administrativos relacionados à forma como os recursos são planejados, executados e contabilizados nas políticas públicas federais.

A discrepância entre os dados regionais e estaduais não invalida a efetividade do programa, mas revela fragilidades na gestão da informação pública e na coordenação federativa das políticas de fomento. Esse tipo de divergência indica a necessidade de melhoria nos mecanismos de monitoramento, avaliação e transparência, garantindo que as informações sobre distribuição territorial de recursos sejam precisas, atualizadas e comparáveis.

Nesse sentido, Delgrossi et al. (2024) demonstram, em pesquisa sobre o Programa Dom Hélder Câmara II, que a integração entre ATER e fomento produtivo é determinante para a efetividade das políticas de combate à pobreza rural. Os autores verificaram que as famílias que receberam assistência técnica qualificada associada aos recursos de fomento apresentaram maior incremento de produção e renda, reforçando o papel estratégico da ATER como instrumento de emancipação social e desenvolvimento sustentável. Tais aspectos também foram observados no estudo de caso realizado no RN, o qual é foco desse artigo e será detalhado na seqüência.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O município de Pedro Velho está localizado no estado do Rio Grande do Norte (RN), região Nordeste do Brasil. Ocupa uma área territorial de 193 km² e é habitado por 13.824 pessoas. Segundo dados do IBGE, municípios com menos de 25 mil habitantes representam 79,6% dos 167 municípios do RN. O percentual no Brasil é de 69%, ou seja, dos mais de 5 mil e 500 municípios brasileiros, 3.795 têm até 20 mil habitantes. Pedro Velho é dividido em 40 comunidades rurais, fazendo parte destes dois distritos: Cuité e Carnaúba do Padre. A pesquisa foi realizada entre as 20 famílias atendidas pelo Programa Fomento Rural, todas são domiciliadas e residentes em 11 comunidades rurais: Floresta, Côrte, Reta, Rua do Toco, Mucuri, Nova Floresta, Porteiras de Cima, Timbó, Cuité dos Crentes, Bocas e Cuité.

A oferta do serviço de saúde municipal via Sistema Único de Saúde, é feita pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Do total das 11 comunidades mencionadas, apenas 02 contam com unidade de saúde pública local. As escolas do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), que atendem desde os 7 anos até os 16 anos, apresentam estrutura precária e falta de transporte, mas a alimentação escolar (a merenda) é frequente. As estradas não têm manutenção regular. Os meios de transporte mais utilizados, principalmente na zona rural, são as motocicletas. O incremento do acesso a esse tipo de transporte na localidade, fenômeno recente também observado no conjunto do Nordeste (Aquino & Freire, 2018), possibilitou a redução das distâncias entre o rural e o urbano, integrando a população ao acesso a outros serviços disponibilizados apenas nas cidades.

As bacias hidrográficas dos rios regionais Curimataú e Pirari são responsáveis pela manutenção de várias atividades econômicas desenvolvidas no município, a exemplo da agricultura irrigada com a produção de frutas, coco, jerimum, mandioca, macaxeira, feijão-verde, milho, batata-doce, cana-de-açúcar e olericultura em geral.

3.2 Tipo de pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e participante, fundamentada na compreensão dos fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos sujeitos que os vivenciam. A abordagem qualitativa, conforme destaca Minayo (2001), permite captar a complexidade das relações sociais e das representações simbólicas, considerando o contexto histórico e cultural em que os sujeitos estão inseridos. Diferentemente das metodologias de caráter quantitativo, que privilegiam a mensuração e a generalização, a pesquisa qualitativa busca o entendimento profundo e interpretativo das práticas, experiências e significados atribuídos pelos atores sociais.

O caráter participante desta pesquisa reforça essa perspectiva ao reconhecer o papel ativo dos pesquisadores na construção do conhecimento. Inspirada nas contribuições de Fals Borda (1987), a pesquisa participante promove o engajamento entre os sujeitos e os pesquisadores, possibilitando um processo de troca de saberes que valoriza tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento popular. Essa interação direta contribui para o fortalecimento das comunidades envolvidas e para a produção de um saber comprometido com a transformação social.

Em consonância com Gil (2008), a pesquisa social de caráter qualitativo se caracteriza pela utilização de técnicas que permitem aprofundar o estudo das motivações, crenças e atitudes dos participantes, superando a mera descrição empírica e alcançando a compreensão interpretativa dos fenômenos. Nesse sentido, a adoção de métodos participativos possibilitou uma análise que vai além dos resultados imediatos do Programa Fomento Rural, alcançando as percepções subjetivas e as transformações vivenciadas pelas famílias beneficiárias.

3.3 Fonte dos dados

As fontes de dados utilizadas incluem observação direta, registros institucionais da EMATER-RN, facilitado o acesso devido às autores serem servidoras da instituição, e depoimentos de 20 membros (as) de famílias beneficiárias, que foram coletados durante o acompanhamento das ações do programa. Essa triangulação de dados contribuiu para garantir maior validade e confiabilidade às análises, ao permitir o cruzamento entre as evidências empíricas e os relatos vivenciais.

O processo metodológico seguiu as seguintes etapas: (i) mobilização das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com lista orientadora e busca ativa; (ii) realização de visitas técnicas e reuniões comunitárias para apresentação dos objetivos e critérios do Programa Fomento Rural; (iii) adesão formal das famílias por meio da assinatura do Termo de Adesão; (iv) diagnóstico socioeconômico e produtivo das unidades familiares; e (v) elaboração participativa dos projetos produtivos individuais, adequados à realidade de cada família.

A análise dos resultados considerou múltiplos critérios, tais como: o nível de adesão das famílias, as mudanças nas práticas produtivas, as percepções sobre a assistência técnica e a extensão rural, bem como as melhorias na renda familiar e na segurança alimentar e nutricional. Essa abordagem integradora permitiu compreender não apenas os resultados econômicos do programa, mas também seus efeitos sociais, culturais e subjetivos, evidenciando o papel da política pública na promoção da dignidade e na valorização das identidades camponesas.

Em síntese, a combinação entre pesquisa qualitativa e participante revelou-se adequada para analisar os efeitos sociais do Fomento Rural em Pedro Velho (RN), ao mesmo tempo em que

fortaleceu o compromisso ético e político da investigação com as comunidades rurais. Tal escolha metodológica reafirma a relevância da pesquisa social como instrumento de reflexão crítica e de transformação das realidades locais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Implementação da experiência

A implementação do Programa Fomento Rural no município de Pedro Velho (RN) foi conduzida de maneira estruturada, contemplando desde a mobilização inicial das famílias até a avaliação dos efeitos sociais e produtivos gerados a partir da execução das ações. O processo teve início com a mobilização dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir de uma lista orientadora e de uma busca ativa realizada pelas equipes locais de assistência técnica.

Por meio desse procedimento, foram cadastradas 40 famílias, das quais 20 foram acompanhadas diretamente pelas pesquisadoras e extensionistas da EMATER-RN, integrantes do quadro de servidores efetivos da instituição. Em etapa posterior, foram realizadas reuniões comunitárias para apresentação do programa e assinatura do Termo de Adesão, instrumento formal que garantiu o acesso das famílias ao benefício. Após a adesão, a extensionista responsável pela unidade local da EMATER-RN conduziu visitas individuais às unidades familiares, com o objetivo de elaborar diagnósticos socioeconômicos e produtivos e identificar as potencialidades locais, as demandas específicas e os desafios enfrentados pelos beneficiários.

A execução financeira do programa ocorreu em duas parcelas: a primeira, no valor de R\$ 2.600,00, destinada à aquisição de insumos, materiais e equipamentos; e a segunda, no valor de R\$ 2.000,00, liberada até 90 dias após a primeira, mediante comprovação do cumprimento das metas iniciais, avaliadas pela equipe técnica da EMATER-RN.

Entre as famílias atendidas, observou-se a predominância feminina, com 19 (dezenove) mulheres e apenas 1 (um) homem, com idades variando entre 25 e 65 anos. Essa expressiva participação das mulheres evidencia sua centralidade nos processos produtivos rurais e na gestão das economias familiares, configurando um traço marcante das políticas de inclusão produtiva voltadas à agricultura familiar, que reconhecem e valorizam o papel feminino no desenvolvimento rural sustentável.

As atividades fomentadas, como mostra o Quadro 1, revelaram significativa diversificação produtiva, abrangendo desde a produção agrícola (feijão verde) até empreendimentos não agrícolas, como panificação artesanal, pequenos restaurantes, oficinas de conserto de motocicletas, revendas de produtos alimentícios e domésticos, e criação de suínos. Também foram adquiridos

motocultivadores, fornos, fogões industriais, cilindros de massa, máquinas de salgados e equipamentos diversos, destinados à modernização das atividades produtivas e ao aumento da eficiência do trabalho familiar.

Quadro 1 – Atividades apoiadas pelo Programa Fomento Rural no município de Pedro Velho – Anos 2024-2025

Item/Atividade fomento	Atividade		Nº de famílias
	Agropecuária	Não –Agropecuária	
Motocultivador	X		2
Reforma de instalações para suínos	X		4
Aquisição de suínos ou ovinos e itens de perfumaria para revenda	X	X	2
Aquisição de suínos e custeio agrícola (feijão verde)	X		1
Custeio agrícola (feijão verde)	X		1
Reforma de restaurante		X	2
Aquisição de gêneros alimentícios para revenda de cestas básicas		X	1
Aquisição de equipamentos para panificação artesanal		X	2
Aquisição de impressora térmica para confecção de brindes		X	1
Aquisição de itens para revenda (cama, mesa e banho)		X	1
Reforma de oficina de motocicleta		X	1
Implantação de pequeno comercio (mercadinho)		X	1
Aquisição de maquina para fazer salgados		X	1
Total			20

Fonte: EMATER-RN (2024).

A análise dos dados evidencia que a suinocultura foi uma das mais recorrentes, estando presente, de forma direta ou associada, em sete projetos. Esse resultado demonstra a importância da pecuária de pequeno porte como alternativa econômica viável e de rápida rentabilidade para agricultores familiares, especialmente mulheres, que historicamente têm acesso limitado à terra e ao crédito.

Por outro lado, as iniciativas não agropecuárias revelam o fortalecimento de microempreendimentos locais, com destaque para panificação, pequenos comércios e serviços de alimentação. Tais atividades, além de gerarem renda, promovem integração entre meio rural e urbano, ampliando as oportunidades de inserção econômica e contribuindo para a fixação das famílias no campo.

A construção dos projetos produtivos foi realizada de forma participativa, com base nas informações levantadas durante as visitas, assegurando que as propostas estivessem em conformidade com as vocações produtivas locais e as condições socioeconômicas de cada agricultor ou agricultora. Essa etapa representou um momento essencial de diálogo entre técnicos e famílias, caracterizando um processo de coaprendizagem e valorização dos saberes locais.

O acompanhamento técnico contínuo permitiu o monitoramento das ações, ajustes de percurso e o registro dos avanços obtidos, enquanto a avaliação final foi realizada de forma coletiva, por meio de roda de conversa com os beneficiários, favorecendo a troca de experiências e a reflexão sobre os impactos do programa na vida das famílias e na dinâmica comunitária.

Dessa forma, os resultados indicam que o Programa Fomento Rural em Pedro Velho (RN) contribuiu não apenas para o aumento da capacidade produtiva das famílias, mas também para a inclusão social e produtiva das mulheres rurais, consolidando-se como instrumento efetivo de desenvolvimento local sustentável.

4.2 Resultados observados com a aplicação dos recursos

Os beneficiários do Programa Fomento Rural são, em sua maioria, agricultores familiares cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico), com renda per capita inferior à linha da pobreza. Trata-se de famílias residentes, majoritariamente em comunidades rurais marcadas por baixa densidade populacional, infraestrutura precária e oportunidades restritas de trabalho e geração de renda. Nesse contexto, o acesso ao fomento produtivo representa não apenas uma alternativa econômica, mas também uma estratégia de permanência no campo e de fortalecimento das economias locais, contribuindo para mitigar os efeitos do êxodo rural e da vulnerabilidade social que incidem sobre o meio rural nordestino.

Como foi observado anteriormente, os efeitos do programa ultrapassam a dimensão estritamente econômica. Ao possibilitar que as famílias definam suas próprias atividades produtivas com o suporte da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a política promove o protagonismo feminino, o planejamento familiar e a valorização das práticas agroecológicas e solidárias. Dessa forma, o Fomento Rural atua sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, articulando dimensões sociais, econômicas e culturais que contribuem para o

fortalecimento da agricultura familiar e da autonomia das comunidades rurais. Entretanto, sua consolidação depende da continuidade institucional, de uma articulação intersetorial eficaz e da ampliação de políticas complementares de crédito, comercialização e acesso à terra, capazes de assegurar a sustentabilidade das iniciativas produtivas no longo prazo.

Diante do exposto, apesar das dificuldades enfrentadas, os resultados da execução do Programa Fomento Rural em Pedro Velho foram expressivos e revelaram impactos significativos na geração de renda, na segurança alimentar e na valorização da agricultura familiar. No município de Pedro Velho, o Programa contemplou 20 famílias beneficiárias, cujos recursos foram aplicados em diferentes atividades produtivas e comerciais. Os investimentos abrangeram a implantação de pequenos comércios, revendas de gêneros alimentícios (sacolões), itens de cama, mesa e banho, além da aquisição de motocultivadores, animais (suínos e caprinos) e equipamentos diversos. Outros investimentos incluíram a reforma de instalações para criação de suínos, compra de máquinas de salgados, melhorias em pequenos restaurantes e oficinas de motocicletas, aquisição de equipamentos industriais para produção de bolos, custeio agrícola (produção de feijão-verde), além de impressoras térmicas para confecção de brindes e revenda de produtos de perfumaria. Conforme imagens a seguir, que demonstram a efetividade das ações desenvolvidas e a diversidade de atividades.

Ilustração 1: Atividades desenvolvidas e financiadas pelo Programa Fomento Rural (2024-2025).



Imagens: Klediogenes F. Nobrega (2024); Wellington Xavier (2024).

De modo geral, todas essas iniciativas resultaram em incremento na renda familiar e no fortalecimento das atividades produtivas locais. Após a aquisição dos itens financiados, foi

realizada uma reunião de avaliação, complementada por quatro reuniões coletivas e três visitas de acompanhamento individual aos participantes. Também foi produzindo um vídeo de divulgação para socialização dos resultados junto à comunidade.

Durante o processo avaliativo, foram coletados depoimentos dos beneficiários, que evidenciaram os impactos positivos do programa. Um dos relatos marcantes foi o de Zenaide, moradora da comunidade Bocas, produtora de bolos caseiros que comercializa na feira livre local. Segundo ela:

“Antes do fomento eu fazia meus bolos no forno a lenha, na casa da minha mãe. Chegava em casa de madrugada e, quando chovia, era difícil porque a lenha molhava e eu não conseguia produzir. Agora tudo melhorou: comprei meu forno, batedeira, estufa para os bolos e liquidificador. As encomendas aumentaram e não tenho mais dificuldade para produzir.”

Outro depoimento relevante foi o de Patrícia Nazário, feirante que comercializava produtos da agricultura familiar em sistema de consignação — pagando apenas o que fosse vendido. Sem condições de investir em um negócio próprio, Patrícia utilizou os recursos do programa para implantar um pequeno comércio em sua residência, voltado à venda de cereais, frutas e verduras. Em suas palavras:

“Eu tinha esse sonho, mas não tinha recursos para investir. Só foi possível através do fomento. Hoje consegui melhorar minha renda e a alimentação dos meus filhos.”

O casal Hemo e Camila, jovens agricultores, também destacou o impacto positivo do programa após a aquisição de um motocultivador:

“Já tínhamos pensado em deixar a comunidade, pois trabalhar na enxada é muito difícil. Depois da compra da máquina, nosso trabalho ficou mais fácil e conseguimos ampliar a produção.”

De modo geral, o Programa Fomento Rural gerou impactos socioeconômicos relevantes, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e a permanência das famílias no campo. A atuação integrada da extensão rural foi essencial para articular outras políticas públicas complementares, como o crédito rural, garantindo continuidade e expansão das ações. A reunião final de avaliação contou com a presença de um assessor de crédito do Programa Agroamigo, do Banco do Nordeste, possibilitando o encaminhamento dos beneficiários para novas oportunidades de financiamento e consolidação dos projetos iniciados a partir do fomento.

Essas ações contribuíram para dinamizar a economia local em onze comunidades do município, promovendo novas fontes de renda e melhorias nas condições de vida das famílias beneficiadas. A experiência reafirma a importância do Fomento Rural como política pública de combate à pobreza, capaz de associar transferência de recursos financeiros, assistência técnica e

protagonismo social na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Todavia, muitos desafios precisam ser enfrentados para garantir sua expansão.

4.3 Desafios e limitações para a expansão do Programa Fomento Rural

A EMATER-RN, um dos órgãos executores do Programa Fomento Rural no estado, desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e na consolidação da agricultura familiar potiguar. Em 2025, a instituição completou 70 anos de atuação contínua no Rio Grande do Norte, consolidando-se como referência histórica na difusão de tecnologias sociais, no fortalecimento da produção agropecuária familiar e na mediação entre políticas públicas e comunidades rurais. Ao longo de sete décadas, a EMATER-RN construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com a inclusão produtiva, a segurança alimentar e o desenvolvimento local, contribuindo de forma decisiva para a permanência das famílias no campo e a valorização do modo de vida camponês.

Entretanto, apesar de sua relevância histórica e social, a instituição enfrenta atualmente um processo de precarização estrutural, caracterizado pela escassez de recursos financeiros e operacionais, pela carência de equipamentos e infraestrutura tecnológica e pelo número reduzido de profissionais. De acordo com dados institucionais, a EMATER-RN conta hoje com apenas 181 servidores efetivos, responsáveis por atender 167 municípios e um público potencial superior a 50 mil agricultores familiares. Essa limitação compromete a capilaridade e a qualidade das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dificultando o acompanhamento contínuo das famílias e a execução plena das políticas públicas voltadas ao campo.

Apesar dos desafios enfrentados, a experiência acumulada pela EMATER-RN ao longo de 70 anos de atuação reafirma sua importância estratégica para o desenvolvimento rural do Rio Grande do Norte. A instituição constitui um marco histórico na consolidação da agricultura familiar potiguar, tendo contribuído para a democratização do acesso às políticas públicas, a difusão de práticas produtivas sustentáveis e o fortalecimento das economias locais. Essa trajetória evidencia a necessidade urgente de revalorização da extensão rural pública como política de Estado, entendida como instrumento essencial de inclusão produtiva, cidadania e justiça social no meio rural.

O fortalecimento institucional da EMATER-RN — por meio da realização de concursos públicos, da modernização tecnológica e do reinvestimento em infraestrutura e pessoal— configura-se como condição indispensável para que o órgão possa continuar exercendo sua função social de assistência e acompanhamento técnico às famílias agricultoras. Somente com estrutura adequada e equipes técnicas suficientes será possível garantir que programas como o Fomento Rural alcancem resultados sustentáveis e duradouros nas comunidades rurais potiguares.

Entretanto, diante das limitações operacionais e do quadro reduzido de servidores, tornou-se necessário recorrer a estratégias alternativas de acompanhamento. Nesse contexto, destaca-se a criação de grupos de WhatsApp utilizados para o envio de registros fotográficos das aquisições realizadas, bem como para a troca de informações e orientações técnicas entre extensionistas e agricultores. Essa prática aproxima-se das novas modalidades de ATER digital, que se consolidam como ferramentas inovadoras e emergentes de comunicação e acompanhamento no campo, ampliando o alcance e a continuidade do trabalho extensionista mesmo diante de restrições logísticas.

Delgrossi et al. (2024) destacam que a orientação técnica voltada aos agricultores familiares pobres diminuiu nos últimos anos, evidenciando um cenário preocupante para o semiárido nordestino. Os autores demonstram que, nos casos em que houve integração entre ATER e recursos de fomento produtivo, como no Programa Dom Hélder Câmara II, os resultados foram significativamente mais expressivos em termos de geração de renda e autonomia das famílias. Entre os principais entraves enfrentados pela ATER pública, destacam-se: a) a escassez de recursos e infraestrutura nas instituições estaduais; b) o número insuficiente de técnicos, que acarreta sobrecarga de trabalho e dificulta o acompanhamento continuado; c) a fragmentação das políticas entre diferentes esferas de governo; d) a fragilidade dos sistemas de avaliação de impacto; e e) a baixa valorização profissional e formativa do extensionista.

Outro desafio relevante identificado na execução do programa refere-se às dificuldades de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais e institucionais, especialmente no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em Pedro Velho, a escassez de recursos públicos destinados a essas políticas, somados às restrições burocráticas e ambientais impostas pelo zoneamento agrícola, limita o acesso ao crédito rural e às políticas de comercialização, fragilizando a sustentabilidade das ações fomentadas. Essas barreiras comprometem a continuidade e a consolidação das cadeias produtivas locais, uma vez que o recurso financeiro do Fomento Rural atua apenas como aporte inicial, exigindo a integração com outras políticas estruturantes para alcançar estabilidade econômica e social em longo prazo.

Portanto, a experiência reforça a necessidade de um acompanhamento técnico permanente e estruturado, para proporcionar acesso a melhoria da capacitação das famílias beneficiadas, sustentando por investimentos públicos consistentes em infraestrutura e recursos humanos que proporcionem um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, se faz necessário a recomposição do quadro de servidores da ATER, por meio da contratação de novos profissionais, e o fortalecimento institucional da EMATER-RN são medidas imprescindíveis para ampliar a

efetividade das políticas de extensão rural e assegurar a continuidade dos impactos positivos observados nas comunidades rurais do estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da execução do Programa Fomento Rural no município de Pedro Velho (RN) evidencia sua relevância como instrumento capaz alteração de ciclos de vulnerabilidade para o de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A experiência local demonstrou que a combinação entre recursos financeiros não reembolsáveis e assistência técnica continuada constitui fator essencial para o sucesso das iniciativas produtivas, contribuindo para o aumento da renda, a diversificação econômica e o protagonismo social das mulheres rurais.

Verificou-se, entretanto, que a efetividade do programa está diretamente relacionada à qualidade e à continuidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Como destacam Delgrossi et al. (2024), os resultados mais expressivos em termos de geração de renda e autonomia das famílias ocorreram quando houve integração entre a ATER e o fomento produtivo. No caso do Rio Grande do Norte, as limitações estruturais da EMATER-RN — como a redução de pessoal, a carência de recursos financeiros e a defasagem tecnológica — têm comprometido o acompanhamento sistemático das famílias, restringindo o alcance das políticas públicas no campo.

Esses desafios apontam para a necessidade de revalorização institucional da extensão rural pública, por meio de investimentos em infraestrutura, recomposição dos quadros técnicos e formação continuada dos profissionais. O fortalecimento da ATER deve ser compreendido como condição indispensável à sustentabilidade das ações do Fomento Rural, garantindo o acompanhamento pedagógico e técnico das famílias agricultoras de forma permanente.

Além disso, observou-se que a consolidação das atividades produtivas fomentadas depende de uma articulação mais ampla entre as políticas públicas de crédito, comercialização e acesso à terra. O Programa Fomento Rural, por si só, representa um impulso inicial importante, mas sua eficácia plena exige integração com outras políticas estruturantes de desenvolvimento rural, capazes de assegurar a continuidade dos resultados alcançados e o fortalecimento das economias locais.

Por fim, o estudo reforça que a agricultura familiar deve ser reconhecida como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, não apenas por sua contribuição econômica, mas também por seu papel social, cultural e ambiental. O caso de Pedro Velho demonstra que, mesmo diante de adversidades institucionais e estruturais, o Fomento Rural é capaz de gerar transformações positivas nas comunidades atendidas, desde que sustentado por políticas públicas consistentes, participativas e articuladas. Assim, reafirma-se a importância da continuidade e do aprimoramento

do programa como política de Estado voltada à superação da pobreza rural e à valorização da agricultura familiar no Rio Grande do Norte e no Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A. **A crescente presença das motocicletas no rural**

nordestino. *Jornal O Mossoroense*, Mossoró, 2018. Disponível em:

<https://www.omossoroense.com.br/artigo-a-crescente-presenca-das-motocicletas-no-rural-nordestino>. Acesso em: 18 out. 2025.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, supl. esp., p. 31-54, ago. 2020.

AQUINO, J. R.; AZEVEDO, F. F. **Crescimento populacional e êxodo rural no RN.** *Jornal O Mossoroense*, Mossoró, 11 jan. 2025, p. 9. Disponível em:

<https://www.omossoroense.com.br/crescimento-populacional-e-exodo-rural-no-rn/>. Acesso em: 18 out. 2025.

BARBOSA, Karine Fabiane Kraemer. **Análise ex ante dos programas de inclusão produtiva rural sob a ótica do policy design.** 2024. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Brasília, 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 out. 2011.

DELGROSSI, M. E. *et al.* **O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 2, 2024.

EMATER-RN. **Relatório de execução do Programa Fomento Rural: Pedro Velho – 2024.** Natal: EMATER-RN, 2024.

FALS BORDA, O. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla.** Bogotá: Tercer Mundo, 1987.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras.** Brasília: FAO, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RIO GRANDE DO NORTE. **Rio Grande do Norte é o segundo estado do país que mais executou projetos produtivos do Fomento Rural**. 2024. Disponível em: <https://www.rn.gov.br/materia/rio-grande-do-norte-e-o-segundo-estado-do-pais-que-mais-executou-projetos-produtivos-do-fomento-rural/>. Acesso em: 7 out. 2025.

SAGICAD 2025 – GOVERNO DO BRASIL. **Painel de monitoramento — VIS DATA 3 beta**. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q%5b%5d=oNOtlcPavaarrLFvsbV%2ByqepxN1lmm5liqt%2BYWx5cGypa4J7Z2KEkWTms2WProianbSon7SfrqqkpKcmcupsK2iKextViwqm59gXKTuM2mz3iZvufAmXeDm5vIrLKJcqDMzlbIXpa%2B7rJUs7CaqJlhsL2YmbzUls9lc9Otf2doeF5apFmwvZiZvNSWz2Vz06yCZG90ZWOiWYt%2BV6G%2FxaqGKoKK%2B57Knn61deu9rf4FjXYCBXoqgor7nsqefrV1672qCfmpZh4pTz6mmwpu7qai0VZ%2FnnW7LcpO4zabPeJm%2B58CZd4Obm%2BWssolyoMzOr7j%2F7X3fslSigaL9JqW2r6pNmrCAioZ1pMBtlqG2mqDinLYR2J%2FAwqaKoaJ9y7%2Bjo7qWp9pZk72kksXVooqPqM%2FcuVRkiZiv5q65r5ucgISBLPdTweBtmp21%2BOfloq7BV4Ccrlozf3qim6%2BZqq2bo9yiEO%2BplrjUU86sU63tvJuuqaKbmX%2B8u5yby9BTvLKlvudtXH2rqfupa6yplZ6r%2FukXafM766gXKyaWt%2BauhHkmcDCpoqfmMvgs52fsfjb66KuwVeRxoGD3Kyz9y6lVyOpKfep8G9V3%2FM05TWXVue3sKhsbSWnuhiyb5yqdPdbg%3D%3D>. Acesso em: 18 out. 2025.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira**. Brasília: IPEA, 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.